

Crise no Cauma afasta arquitetos

Categoria acusa órgão de ser mero homologador de decisões do GDF

BETH MUNKHOZ

Procurador julga Baracat

O brasiliense que acredita ter poucas opções de compras na cidade terá que esperar ainda mais para saber se o Shopping Baracat vai funcionar. O enorme prédio construído em pleno Setor Comercial Sul — B — deverá ter seu futuro decidido pela Procuradoria Geral do DF. Devido às irregularidades apontadas na construção do prédio — a principal delas, invasão de área pública — o Conselho de Arquitetura urbanismo e Meio Ambiente aprovou o embargo da obra até que a Justiça examine a complicada história que envolve sua construção e tome a decisão que o Cauma preferiu passar adiante.

Em uma reunião tumultuada, que serviu, em determinados momentos como uma verdadeira "lavagem de roupa suja" — com a participação do secretário de Viação e Obras e presidente do Cauma, Carlos Magalhães, do relator do processo e conselheiro Pedro da Silva Costa, e da diretora de Divisão de Exame e Aprovação de Projetos da SVO, Yara Andrade de Miranda, além do próprio Edmundo Baracat e advogados — o Cauma decidiu cancelar todas as aprovações anteriores que envolveram a obra até o momento e que permitiram que o prédio atingisse o ponto atual, ou seja, praticamente todo concluído. Foi indeferido pedido de habite-se e recusado projeto paisagístico na área que dá acesso ao shopping.

FRAUDES

O Conselheiro Pedro Costa considerou a obra uma "grave lesão ao direito coletivo", com construção baseada na criação de critérios variados para aprovação de mudanças no projeto original. Ele acredita que a obra deve ser examinada pela Procuradoria Geral por estar envolvida em "prevaricação, fraude e invasão de área pública".

Segundo seu relatório, o prédio está mais alto do que o permitido para o local, tem área de construção maior do que a admitida, o subsolo avança até 15 metros além do liberado e o prédio avança também 15 metros

em cada lado do lote. Afirmo, ainda, que a altura do prédio de magazines está 2,9 metros acima do permitido, a do prédio de escritórios 5,2 metros acima, e que há invasão de terreno público de cerca de 5 mil 200 metros quadrados.

A diretora da Divisão de Exame e Aprovação de Projetos da SVO, Yara Miranda, que acompanha os processos desde o início da construção do prédio, respondeu que todas as mudanças feitas do projeto original foram devidamente aprovadas em todas as instâncias necessárias, inclusive pelo próprio Cauma (que na época era denominado Cau — Conselho de Arquitetura e Urbanismo). O projeto passou também, segundo Yara Miranda, pelas mãos do próprio Carlos Magalhães.

TENSÃO

A arquiteta esclareceu ainda que na época o "que já estava aprovado pelo Cau não seria questionado" e que os fiscais de obra que inspecionavam a construção do prédio o faziam de acordo com o que fora aprovado. Indignada com insinuações de suborno, Yara Miranda mostrou-se claramente favorável à liberação da obra, já que, segundo ela, apesar de constatadas as irregularidades em relatórios anteriores, o construtor prosseguiu a obra mediante aprovação das mudanças requeridas.

Com acusações frequentes do relator conselheiro Pedro Costa, a reunião atingiu momentos tensos, quando, por exemplo, o empresário Edmundo Baracat pediu a palavra e garantiu que os projetos envolvendo a obra foram "aprovados e reaprovados por todos os órgãos". Segundo ele, se o Cauma seguir o raciocínio de embargar todas as obras que apresentem irregularidades mas tiveram suas construções aprovadas, "terá que implodir toda a cidade".

O Secretário de Viação e Obras respondeu que as aprovações dos projetos referentes ao Shopping Center Baracat "não foram válidas", e defendeu o exame do assunto pela Procuradoria Geral.

A reunião do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, realizada ontem pela manhã, teve outro momento de tensão, além da votação do destino do Shopping Baracat. Após relatar o processo referente à expansão de lotes no Setor Industrial de Sobradinho, o representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil — Seção DF e Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal do Cauma, conselheiro Aleixo Anderson Furtado, deixou a reunião, informando que as duas entidades, através de assembleia geral, optaram por não mais participar das reuniões do Conselho.

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, José Roberto Bassul, afirmou que da mesma forma que a categoria decidiu nomear um representante para fazer parte do Cauma, a convite do GDF, em maio de 1985, decidiu, desta vez, retirar-se do Conselho. "O Cauma tem funcionado mais como uma instância homologatória de decisão do Governo do que como um conselho propriamente dito, democrático e popular", acusou José Roberto Bassul.

Acrescentou que as grandes questões que envolvem a cidade, como a despoluição do Lago Paranoá, o projeto de expansão Lúcio Costa e a construção do metrô, não têm sido objeto de estudos do Governo junto com a comunidade. O presidente do Sindicato dos Arquitetos, Luiz

Philippe Toretty, argumentou que as duas entidades não estão se "retraindo do compromisso com a cidade", mas acredita que é mais "consequente discutir os problemas com a comunidade do que ficar em uma sala discutindo com colegas". Para ele, as principais questões de Brasília não foram avalladas com a população e o "governador Aparecido adotou a mesma postura que outros governantes, enfiando tudo goela abaixo da comunidade".

A discussão, nesse momento, tomou praticamente um tom de acusações pessoais, com o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães afirmando que o presidente do Sindicato dos Arquitetos quer, com a atitude, conseguir dividendos políticos. "Ou o Instituto dos Arquitetos e Sindicato estão mal-informados sobre o encaminhamento do Conselho ou estão fazendo informações insensatas", comentou o secretário, acrescentando que, "como arquiteto", considera a atitude não de valentia, mas de acomodação e afastamento de "querer ocupar espaço em jornal e não aqui dentro".

Outros conselheiros também se manifestaram contra a decisão dos arquitetos, como o secretário de Habitação, Benedito Domingos, que afirmou que as declarações "ferem a dignidade dos membros do Conselho".